



ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO: CATEGORIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS AMIGÁVEIS À LGBTQIAPN+ EM CURITIBA, PARANÁ (ST11 ESPAÇOS E DIFERENÇAS: GÊNERO, RAÇA, ETNIA E DIVERSIDADE)

Rafael Bosa

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) | rafahbosa@gmail.com

Phâmela Alves

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) e Aalto University – Spatial Planning and Transportation Engineering | phamela.alves@aalto.fi

Victor Augusto Bosquilia Abade

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) e Vrije Universiteit Brussel (VUB) – Crime & Society Research Group (CRiS) | victorabade92@gmail.com

Luiza Alves de Oliveira

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) | luiza.oliveira3@hotmail.com

Sessão Temática 11: Espaços e Diferenças: Gênero, Raça, Etnia e Diversidade

Resumo: O contexto urbano brasileiro alia avanços nos direitos LGBTQIAPN+ a uma persistente exclusão, apresentando áreas inclusivas que se destacam como pólos de acolhimento e visibilidade. Logo, o objetivo é debater as categorias dos estabelecimentos que são amigáveis à comunidade LGBTQIAPN+ na cidade de Curitiba, Paraná. A partir de uma contextualização do movimento e sua relação com estabelecimentos representativos, adotou-se uma abordagem classificatória, com análise dos locais por mapas temáticos e de calor para explorar sua distribuição espacial a partir de dados do Tripadvisor e do Google Maps. Obteve-se uma discrepância de estabelecimentos de bares e casas noturnas em relação a outras categorias, além de reforçar a concentração desses usos na região do centro urbano. Como conclusão, tem-se que dois fatores são importantes para o planejamento urbano inclusivo em Curitiba, a concentração de ações no centro e a representatividade de bares e casas noturnas.

Palavras-chave: Estabelecimentos Amigáveis; LGBTQIAPN+; Bares e Casas Noturnas; Representatividade; Espaço Público.

SPACES OF REPRESENTATION: CATEGORISATION OF LGBTQIAPN+ FRIENDLY ESTABLISHMENTS IN CURITIBA, PARANÁ

Abstract: *The urban context in Brazil combines progress in LGBTQIAPN+ rights with persistent exclusion, presenting inclusive areas that stand out as centres of inclusion and visibility. Therefore, the aim is to discuss the categories of establishments that are friendly to the LGBTQIAPN+ community in the city of Curitiba, Paraná. Starting with a contextualisation of the movement and its relationship with representative establishments, a classificatory approach was adopted, with analysis of the establishments using thematic and heat maps to explore their spatial distribution using data from Tripadvisor and Google Maps. A discrepancy was found between bar and nightclub establishments compared to other categories, as well as reinforcing the concentration of these uses in the central urban area. In conclusion, two factors are important for an inclusive urban planning in Curitiba: the concentration of actions in the city centre and the representativeness of bars and nightclubs.*

Keywords: *Friendly Establishments; LGBTQIAPN+; Bars and Nightclubs; Representativeness; Public Space.*

ESPACIOS DE REPRESENTACIÓN: CATEGORIZACIÓN DE ESTABLECIMIENTOS AMIGABLES CON LA COMUNIDAD LGBTQIAPN+ EN CURITIBA, PARANÁ

Resumen: *El contexto urbano brasileño combina avances en los derechos LGBTQIAPN+ con una exclusión persistente, destacando áreas inclusivas que emergen como polos de acogida y visibilidad. Así, el objetivo es analizar las categorías de los establecimientos amigables con la comunidad LGBTQIAPN+ en la ciudad de Curitiba, Paraná. A partir de una contextualización del movimiento y su relación con establecimientos representativos, se adoptó un enfoque clasificatorio, con análisis de los locales mediante mapas temáticos y de calor para explorar su distribución espacial a partir de datos de Tripadvisor y Google Maps. Los resultados revelaron una discrepancia en la cantidad de bares y discotecas frente a otras categorías, además de confirmar la concentración de estos usos en el centro urbano. Como conclusión, se identificaron dos factores clave para un planeamiento urbano inclusivo en Curitiba: la concentración de acciones en el centro y la representatividad de bares y discotecas.*

Palabras clave: *Establecimientos amigables; LGBTQIAPN+; Bares y Discotecas; Representatividad; Espacio Público.*

INTRODUÇÃO

O Brasil é palco de dualidade. Marcado fortemente pela violência LGBTfóbica, em 2023 registrou uma morte de LGBTQIAPN+ a cada 34 horas (GGB, 2023). Segundo a ANTRA (2024), é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo pelo 15º ano consecutivo. Entretanto, é o país que mais consome pornografia trans (Benevides, 2023). Além disso, é onde acontece a maior marcha pela diversidade do mundo, a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ em São Paulo, a qual reúne cerca de 4 milhões de pessoas todos os anos (Bosa, 2024; EM, 2023).

Embora a violência seja uma constante no Brasil, o país é também exemplo de muitos avanços quando discutimos direitos LGBTQIAPN+. Avanços que são frutos da luta constante do movimento LGBTQIAPN+. Por exemplo, a homofobia é criminalizada, o direito à união civil foi alcançado, assim como o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais, como discutido por Bosa (2024). Segundo o autor, a partir desse olhar formal e jurídico, o país chega até a passar uma imagem progressista.

Quando se traz a discussão a respeito das necessidades e os direitos da população LGBTQIAPN+ para o contexto urbano, também se discute o reforço da justiça social. A luta não é apenas pela inclusão de uma minoria, mas pela construção de cidades que reconheçam a diversidade como valor central, promovendo o direito à vida digna e segura para todas as pessoas. A interação da comunidade LGBTQIAPN+ com os espaços urbanos é atravessada pela negação do direito à cidade, conforme identificado por Iacovini (2021), em três dimensões fundamentais: material, simbólica e política. Essas dimensões evidenciam barreiras concretas, como o acesso desigual a serviços e infraestrutura, o domínio de uma lógica heteronormativa na ocupação simbólica da cidade e a sub-representação política dessa comunidade nos espaços de decisão urbana.

A interação da comunidade LGBTQIAPN+ com os espaços urbanos é historicamente marcada por limites visíveis e invisíveis. Tais limites têm influência direta em quais territórios a comunidade tem direito ao acesso e podem se sentir seguros e usufruir plenamente da vida urbana. Esses limites socialmente impostos refletem não apenas as dinâmicas de aceitação e rejeição em diferentes contextos, mas também são fundamentais para a compreensão de como os espaços considerados inclusivos são percebidos e utilizados pela comunidade.

Essa percepção é marcada pela dualidade que caracteriza o país. Enquanto há experiências positivas de aceitação, muitas pessoas LGBTQIAPN+ continuam enfrentando episódios de discriminação e violência em sua vivência cotidiana. Desse modo, a criação de espaços genuinamente inclusivos se configura como uma necessidade vital, uma vez que essas iniciativas desafiam estruturas heteronormativas e promovem a inclusão. A ocupação de espaços urbanos pela comunidade LGBTQIAPN+ tem sido um ato político de resistência e visibilidade. Como aponta Bosa (2024), ocupar para visibilizar é um processo que rompe fronteiras impostas pela LGBTfobia, ao passo que desafia estruturas normativas e promove inclusão.

A apropriação de espaços pela comunidade LGBTQIAPN+ desempenha um papel importante tanto na visibilidade como na mobilização política do grupo (Rodrigues, 2018). Esse processo pode envolver tanto a transformação de espaços tradicionais quanto a criação de novos lugares voltados para atender especificamente às suas demandas. A lógica de ocupação heteronormativa das cidades reflete uma arquitetura hostil e excludente, construída para atender um "ser universal", homens brancos cisgêneros e heterossexuais (Bosa, 2024). Esse ser, que ignora a diversidade de corpos e subjetividades, perpetua injustiças espaciais e sociais. É necessário, como defendem estudiosos transfeministas e antirracistas, desconstruir categorias binárias e imaginar um urbanismo humano radicalmente mais inclusivo.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe-se a debater as categorias dos estabelecimentos classificados como espaços amigáveis à comunidade LGBTQIAPN+, tendo a cidade de Curitiba, Paraná, como estudo de caso. Busca-se compreender como esses espaços são percebidos, apropriados e utilizados, e até que ponto eles contribuem para a inclusão social e a redução das barreiras enfrentadas por essa população no contexto urbano. Esse debate é parte de uma construção maior, onde a diversidade deve ser encarada como um tema transversal nas políticas públicas e urbanas, conforme destaca Bosa (2024). Apenas assim será possível garantir que a cidade seja um espaço verdadeiramente inclusivo, no qual todos possam usufruir plenamente de seus direitos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO BRASIL

O movimento LGBT no Brasil começou a ganhar forma durante a transição política, no final dos anos 1970. Nesse período, grupos como o "Somos - grupo de afirmação homossexual", fundado em 1978 em São Paulo, foram pioneiros na organização e articulação das demandas por direitos de pessoas LGBT. Além disso, nesse mesmo ano, já havia começado a circular o jornal mensal *Lampião da Esquina*, considerada a primeira publicação de circulação nacional claramente engajada nas lutas políticas travadas pela imprensa alternativa e feita por homossexuais para homossexuais (Green, 2018). Essa década marcou o início do Movimento Homossexual Brasileiro – MHB, que foi posteriormente expandido para incluir outras identidades sexuais e de gênero e evoluindo para o que conhecemos hoje como movimento LGBT (Green, 2018).

Durante a ditadura militar, houve uma repressão sistemática contra comportamentos e expressões sexuais dissidentes. A repressão era parte da política de moralização e controle social do regime. O movimento LGBT enfrentou forte estigmatização e censura, mas também começou a se organizar em resposta à repressão (Quinalha, 2018).

A década dos anos 1980, com o processo de redemocratização do Brasil, foi marcada pela luta por direitos básicos e pela mobilização contra a violência e discriminação. Novos grupos

e coletivos em diversas regiões do país foram fundados, como o Grupo *Gay* da Bahia - GGB (Rodrigues, 2018). Nesse período o movimento também se mobilizou para exigir políticas públicas de saúde frente à epidemia de AIDS, combatendo o estigma e a desinformação em torno da doença, o que ajudou a fortalecer a organização e a visibilidade do ativismo LGBT (Caetano *et al*, 2018).

O movimento passou a se diversificar ainda mais a partir dos anos 1990 adotando a sigla LGBT para refletir uma maior inclusão de identidades. Houve uma expansão dos coletivos e uma crescente participação em eventos políticos sociais, incluindo a criação de paradas do orgulho que se tornaram importantes eventos de mobilização e visibilidade (Camargos, 2018).

Na primeira década dos anos 2000, o movimento LGBT conquistou importantes vitórias legais como o reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo e posteriormente o direito ao casamento civil. A visibilidade das questões atreladas a comunidade *queer* aumentou na política, com candidatos abertamente LGBT e campanhas de conscientização (Vecchiatti, 2018). Cabe ressaltar, esses avanços legais foram resultados da intervenção do poder judiciário no poder legislativo.

A partir de 2010, o movimento enfrentou novos desafios devido ao aumento da polarização política e ao crescimento das bancadas conservadoras no Congresso. Houve retrocessos em políticas públicas e um aumento dos ataques a direitos conquistados como a tentativa de revogação de direitos das pessoas trans (uso do nome social, por exemplo), conseqüentemente, o aumento da violência contra a comunidade LGBT. Apesar disso, o Movimento adaptou-se e passou a utilizar as redes sociais para novas formas de ativismo e organização (Bulgarelli, 2018).

Refletindo a transição de um movimento homossexual, inicialmente, para um movimento LGBT mais inclusivo e diversificado, a sigla tem aumentado a ganhado mais letras e o acréscimo do símbolo "+" ao final da sigla representando as múltiplas outras formas de identidade e expressão, hoje LGBTQIAPN+. A luta constante por visibilidade, direito e reconhecimento reflete as mudanças sociais e políticas pelas quais o Brasil passou nas últimas décadas.

DOS BARES E BOATES AOS ESPAÇOS LGBT-FRIENDLY: A IMPORTÂNCIA DA VIDA NOTURNA COMO DIREITO A SOCIABILIDADE

A ideia de um marco fundador do movimento LGBTQIAPN+ está ligada a um bar. Em 28 de junho de 1969, na cidade de Nova Iorque, uma revolta provocada por uma batida policial no bar *gay Stonewall Inn*, o transformou em um marco na luta contra a discriminação e pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

Nos anos 1960 e 1970, durante a ditadura militar no Brasil, a vida noturna oferecia um dos poucos espaços onde pessoas LGBTQIAPN+ podiam se reunir e expressar suas identidades de forma mais aberta e segura. Bares, boates e "espaços de pegação" se tornaram locais de convivência e refúgio, permitindo que homossexuais masculinos, lésbicas e pessoas trans

sociabilizarem, constituindo uma rede de apoio mútuo. Esses espaços, ainda que sujeitos à repressão policial, funcionavam como territórios de resistência cultural e social (McRae, 2018).

A repressão policial contra estes espaços era frequente especialmente durante a ditadura militar quando questões comportamentais eram vistas como uma ameaça à moral e aos bons costumes. Ainda assim a vida noturna prosperou, os frequentadores desses locais desenvolveram estratégias de resistência e solidariedade. Essa dinâmica ajudou a fortalecer o movimento LGBTQIAPN+ que passou a lutar por direitos e contra a violência institucional também a partir desses lugares (Ocanha, 2018).

Portanto, boates e bares desempenharam um papel importante na criação de uma cultura e expressão LGBTQIAPN+ própria, onde a música, dança, as performances de *drag queens*, shows e festas temáticas se tornam formas de resistência, contribuindo para a consolidação de uma identidade coletiva LGBTQIAPN+ e um senso de pertencimento. Esses locais também serviram como palco para manifestações políticas e organização de eventos que mobilizavam a comunidade. Segundo Rodrigues (2018), a sociabilidade e a troca de experiências nesses espaços fomentaram a articulação política, culminando por exemplo, na organização das primeiras Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+.

Ao observar o contexto da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+, com seu caráter ritualístico carnavalesco, de acordo com Camargos (2018), percebe-se uma conexão com a linguagem visual e performática criada nas boates, e que oferecem à comunidade um espaço simbólico de transgressão das normas sociais onde o direito de gozar a liberdade é reivindicado, ao se quebrar tabus e regras habituais da vida cotidiana em sociedade.

A parada, inspirada pela vida noturna, tornou-se uma expressão pública e política da cultura que surgiu nesses espaços. Esse movimento do privado (boates e bares) para o público (as ruas) mostra a evolução do ativismo LGBTQIAPN+ e a luta contínua por aceitação e igualdade. Assim, estas duas instâncias aproveitam o caráter festivo para engajar e mobilizar tanta comunidade LGBTQIAPN+, quanto o público em geral, unindo encontro e celebração, mas também luta e resistência.

A Parada se espalhou por todo Brasil a partir de então. Curitiba realiza a 23 anos através da Associação da Parada da Diversidade (APAD) em conjunto com a União Nacional LGBT (UNA LGBT) a Parada da Diversidade LGBTI+. Que em 2024, na sua 23ª edição, trouxe o tema “Curitiba com verde, amarelo e todas as cores: seu voto nossa voz”, o evento reafirma a importância da celebração e da conscientização do voto consciente para que as demandas do movimento sejam representadas (Brasil de Fato, 2024).

A VIDA NOTURNA

Na segunda metade do século XIX, o uso público e democrático dos espaços urbanos durante a noite, especialmente em grandes metrópoles, ganhou força devido a várias transformações.

A introdução da iluminação artificial, o aumento do patrulhamento policial, o incentivo a atividades de entretenimento, mudanças nas jornadas de trabalho com o crescimento da economia capitalista e da globalização, e a crescente utilização da noite para o trabalho, aprendizado e lazer foram fatores fundamentais nesse processo (Jesus, 2017).

A noite pode ser compreendida como um fenômeno geográfico e urbano, com possibilidades de estabelecer conceitos teórico-metodológicos. A ideia de Geografia da noite, segundo Góis (2021), apresenta uma discussão sobre a noite urbana como objeto de estudo geográfico explorando como esse período pode ser analisado de maneira distinta e significativa para a compreensão das práticas sociais e espaciais da cidade. Silva *et al* (2021) demarcam a concepção binária e oposta dos turnos, onde o dia é compreendido como uma porção de tempo associada ao trabalho, ordenamento do espaço público, controle e a segurança e, já a noite ligada ao descanso, ao espaço privado, às transgressões e ao perigo.

Os estudos sobre a dinâmica do espaço urbano durante a noite começaram a ser desenvolvidos por volta da década de 1990, de acordo com Jesus (2017), focando sobretudo nas atividades econômicas desenvolvidas no período noturno, adotando a expressão economia noturna ou economia da vida noturna. Atividades estas, ligadas ao serviço de turismo, lazer e entretenimento, consumo cultural, cafés, bares, galeria de arte, eventos e espetáculos.

Este apanhado demonstra uma espécie de tempo contínuo da economia, onde se criou condições para o desenvolvimento de modos de vidas mais diversificados em termos de uso do tempo e do espaço. Para além desse alargamento do tempo no uso das atividades humanas, estas transformações foram incorporadas na esfera de produção e do consumo que até então não eram vistos dentro destas possibilidades, agora o espaço-tempo da noite, pode ser comercializado (Alves, 2009), neste caso voltado para impulsionar o consumo de serviços e mercadorias.

Na esteira dessa transformação, muitas cidades têm adotado modelos de revitalização e regeneração urbana, estimulados por políticas públicas, fundamentados nas atividades noturnas, que acabam criando uma padronização deste mercado noturno (Góis, 2021), ligadas a ideias neoliberais de empreendedorismo e nichos de mercados, visando em última instância, a lucratividade dos negócios. A padronização, por sua vez, acarreta a exclusão de pessoas não brancas e com menor poder aquisitivo, bem como, pessoas que fogem a normas de gênero e sexualidade (Silva *et al*, 2021). Em termos de planejamento urbano, as cidades passam a se colocar cada vez mais como locais de entretenimento, vivência e cultura.

A produção de áreas elitizadas gera circuitos diferentes, de um lado circuitos alternativos para grupos de menor renda ou que apresentam características corporais inapropriadas para o padrão imposto pela economia elitizada da noite. Do outro, pessoas com maior poder aquisitivo, reconhecidamente dentro de padrões socialmente aceitos, em geral, homens brancos cisgêneros de classe média e alta. Esse processo cria uma enorme diferenciação social e espacial da noite (Jesus, 2017).

A mobilidade urbana também implica nestes acessos, já que durante a noite há mudanças significativas, por exemplo, no transporte público, o que interferem no acesso a determinadas áreas da cidade. Porém Silva *et al* (2021) afirmam que a acessibilidade à vida noturna não depende apenas da disponibilidade ou não de infraestrutura de mobilidade, mas também por definições de padrões que são aceitáveis ou não nos estabelecimentos, envolvendo as diferenças de classe, sexualidade, cor da pele, gênero, idade, e assim por diante.

Harvey (2012) diz que a reprodução do capital passa pelos processos de urbanização de inúmeras formas, mas a urbanização do capital pressupõe a capacidade dos poderes da classe capitalista de dominar o processo urbano. Portanto, o domínio da classe capitalista não só sobre os aparelhos de Estado, mas também sobre toda a população, incluindo o seu estilo de vida e a sua força de trabalho, o seu valor cultural e político e as suas concepções mentais do mundo. Lefebvre (2006) afirma que a luta contra a homogeneização do espaço acontece com a apropriação do espaço pelos corpos, através de sua imensa capacidade de inventar novas formas de espaço, criando assim a diferenciação. Há uma tensão permanente em que as diferenças sejam desencorajadas, marginalizadas e extintas.

Ao se pensar o público LGBTQIAPN+ dentro desses processos, se estabelece a ideia de um nicho de mercado. Assim, termos como capitalismo rosa e *pink money* surgem como formas de criticar, explicar e até mesmo apontar a importância da comunidade dentro de um mercado de consumo, pois em uma cidade produzida pelo capital, só é de fato cidadão quem consome. A maior aceitação e visibilidade das causas LGBTQIAPN+, principalmente a partir da década de 1990, fez crescer o acesso a postos de trabalho e o poder aquisitivo dessa população, em especial dos homens *gays* brancos. A partir daí, um processo chamado por Jesus (2017) de hipercomoditização teve emergência na comunidade LGBTQIAPN+. As empresas do *mainstream* passam a enxergar nessa comunidade novas possibilidades de oferta de bens de consumo e publicidade, havendo uma assimetria entre homens e mulheres em termos de acesso a esses bens e serviços, acima de tudo por causa das maiores oportunidades de emprego, renda e mobilidade destinadas a homens *gays* brancos (Jesus, 2017).

Nessa época, surge também a categoria GLS, para definir esse mercado no Brasil. França (2007) explica que a ideia de GLS segue o caminho inverso do termo *friendly* adotado na América do Norte e em outras partes do mundo. O S da sigla indica "simpatizante", onde a ideia parte de espaços frequentados majoritariamente por homossexuais, mas que abrange também consumidores que não se identificam como homossexuais. Enquanto na América do Norte se empregou o termo *friendly* para se referir aos espaços frequentados predominantemente por heterossexuais nos quais homossexuais são bem-vindos (França, 2007). Hoje os termos *LGBT-friendly* ou *gay-friendly* são usados de forma geral para se referir a lugares, instituições ou até mesmo políticas que são amigáveis, acolhedoras e receptivas à comunidade LGBTQIAPN+.

Ainda nesse campo de nomenclaturas, o "capitalismo rosa" é uma designação crítica à incorporação nos discursos de um setor da população historicamente discriminado, como a

comunidade LGBTQIAPN+, dentro do consumo e da economia capitalista, notadamente a partir de um “ser universal”: homem *gay*, cisgênero, ocidental, branco e de classe média e alta. Criando mercados específicos para eles, como bares, boates, turismo homossexual e consumo cultural especializado, sendo muitas dessas atividades desenvolvidas durante a noite (Jesus, 2017). De modo semelhante, há a percepção por setores do mercado, da diferenciação do poder de consumo da comunidade LGBTQIAPN+, é comum o uso da expressão *pink money* para se referir ao dinheiro gasto em produtos e serviços.

É importante ressaltar, que nem só pela lógica perversa do capitalismo de “conceder” cidadania a pessoas LGBTQIAPN+ pelo viés do consumo, deve ser a ótica para caracterizar estes estabelecimentos ditos *LGBT-friendly*, pois muitos desses lugares são constituídos em grande parte de mão de obra LGBTQIAPN+, sendo sua principal fonte de renda, em um mercado de trabalho, que em geral, não é receptivo a Comunidade. São lugares de acolhimento, onde também se formam famílias afetivas.

A história do movimento LGBTQIAPN+ evidencia que sua luta vai muito além dos bares e boates, tradicionalmente associadas à sociabilidade dessa comunidade. Entidades como ONGs e Coletivos ligados a *advocacy*, saúde, proteção social e inserção no mercado de trabalho desempenham um papel vital no acolhimento, organização e enfrentamento da violência e do preconceito. Essas iniciativas oferecem suporte psicológico, jurídico e social, além de mobilizar a sociedade em prol de políticas públicas inclusivas.

Os centros culturais e museus são igualmente importantes, pois ampliam o alcance do movimento e criam espaços de diálogo, escuta, através da arte contribuindo significativamente para a formação de uma consciência coletiva sobre as demandas das pessoas LGBTQIAPN+, a desconstrução de estigmas e a construção de um imaginário social que reconheça e valorize suas lutas.

O CONSUMO COMO FORMA DE CIDADANIA

Falar da população *queer*, é falar de direitos não garantidos, de acessos não permitidos, ou seja, uma prática contínua de invisibilidade por parte do Estado, basta revisarmos os dados da violência com a população LGBTQIAPN+ para que isso seja evidenciado. A discussão passa por questionar o que é ser um cidadão? Santos (1997) rebate a ideia de uma espécie de cidadania universal, a qual todos teriam acesso, para ele “ser cidadão é ser como o Estado, é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o Estado, mas afrontar o Estado” (Santos, 1997, p.133).

Para alguns grupos, principalmente quando falamos de grupos etnicamente subalternizados, mas também de outras “minorias”, Santos (1997) demarca a existência de uma cidadania mutilada: na educação, na moradia, na circulação, na saúde e na remuneração. Não basta estar assistido em apenas um ou outro destes aspectos para ser considerado cidadão de fato, em outras palavras ter um “mercado próprio” de consumo não torna alguém plenamente

cidadão, ou ainda como Santos (1997) assinala, a cidadania não é garantida de individualidade forte, nem individualidade forte é garantia de cidadania e liberdade.

Puxando para a relação com o mercado GLS estabelecido por França (2007), houve uma transformação considerável na forma como ele se constitui e se apresenta. Os espaços de consumo e sociabilidade passam a incorporar elementos do discurso ativista do orgulho e da visibilidade, como forma de explicitar o seu direcionamento a um público de orientação sexual determinada e compartilhando alguns símbolos do movimento LGBTQIAPN+, como por exemplo, a bandeira do arco-íris, que passa a ser comum em lugares *LGBT-friendly*.

Isso demonstra um movimento do mercado em direção à afirmação de uma identidade positiva e da visibilidade, acompanhada também do surgimento de uma nova postura entre o público consumidor, que atua na garantia de seus direitos ao consumo como um caminho para a aquisição de cidadania enquanto LGBTQIAPN+. Assim, é preciso ressaltar o posicionamento de consumidores quando entendem que seus direitos estão sendo desrespeitados em razão de sua orientação sexual, exigindo igualdade por meio de ações relacionadas ao consumo.

O direito de participar plenamente da vida cultural e social significa ter acesso igualitário a todas as oportunidades, serviços e espaços que a cidade oferece, sem discriminação ou exclusão. Isso reforça material, simbólica e politicamente o direito à cidade, dão sustentação a uma verdadeira cidadania LGBTQIAPN+.

URBANISMO QUEER E INCLUSÃO

O planejamento urbano emergente no final do século XIX início do século XX, simultaneamente ao desenvolvimento das categorias modernas de orientação sexual, como heterossexualidade e homossexualidade, dando base a um projeto de planejamento urbano que Frisch (2002) chama de planejamento heterossexista.

O autor ainda trata da existência de dualismos no discurso do planejamento urbano, tais como, ordem e desordem: "trazer ordem ao caos urbano", frequentemente isso leva a exclusão do que é percebido como diferente e de potencial risco a "ordem", a exemplo, a comunidade LGBTQIAPN+ ; família e doméstico: o planejamento urbano favorece estruturas familiares tradicionais (nucleares) por meio de zoneamento regulamentações que marginalizam arranjos familiares tidos como alternativos e; público e privado: espaço queer, como bares e parques, são frequentemente reprimido com políticas externas que fortalecem a separação entre espaços públicos e privados de acordo com valores heteronormativos.

Estratégias inspiradas no urbanismo feminista e queer, como redefinir o conceito de família, revisar regras de zoneamento e projetar espaços urbanos, contribuem para espaços urbanos mais acessíveis e inclusivos para todas as orientações sexuais e identidade de gênero.

O conceito de urbanismo queer se refere a uma abordagem crítica e inclusiva ao planejamento e design urbano. Ele desafia as normas heteronormativas historicamente presentes nas cidades ao propor a criação de espaços urbanos que reconheçam, celebrem e atendam às necessidades da comunidade LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo que questionam as estruturas tradicionais que perpetuam exclusões baseadas na orientação sexual e identidade de gênero (Frisch, 2002). Portanto, a inclusão, nesse contexto, implica em criar ambientes urbanos que considerem explicitamente as identidades LGBTQIAPN+, e não apenas “tolerem” as diferenças, mas que sejam aceitas e visibilizadas, especialmente nos espaços públicos.

A inclusão pode ser entendida como um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro. Também pode ser compreendida como uma condição de luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. Pode ser percebida como práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar, o que demonstra o binarismo entre inclusão e exclusão (Veiga-Neto; Lopes, 2011).

As atuais formas de inclusão e de exclusão assinalam, segundo Veiga-Neto e Lopes (2011), um modo contemporâneo de operação entre a inclusão à exclusão, que não as opõe, mas as articulam de tal forma que uma só opera na relação com a outra e por meio do sujeito, de sua subjetividade, como uma nova grafia, a in/exclusão. Uso alargado da palavra inclusão, além de banalizar o conceito e o sentido ético que pode ser dado a ela, também reduz o princípio universal das condições de igualdade para todos a uma simples introdução “de todos” num mesmo espaço físico (Veiga-Neto; Lopes, 2011).

Portanto, conceber espaços pensados através de um urbanismo queer e inclusivo é adotar uma abordagem de planejamento que centraliza a identidade, quebra normas e dá às pessoas agência para construir espaço que atendam às suas necessidades, ou seja, um espaço verdadeiramente representativo.

METODOLOGIA

Para realizar o presente estudo exploratório e descritivo-analítico, três etapas foram conduzidas a fim de identificar e discutir teoricamente estabelecimentos LGBTQIAPN+ *friendly* em Curitiba, Paraná. Para este estudo adota-se o termo espaços amigáveis para LGBTQIAPN+. O procedimento base será verificar quantos e qual a natureza de estabelecimentos pró-LGBTQIAPN+, para posteriormente averiguar e debatê-los teoricamente. Primeiro, realizou-se a coleta de dados por meio do mapeamento de estabelecimentos no Tripadvisor (2024) e Google Maps (2024). A pesquisa utilizou o termo

"LGBT Curitiba" para identificar locais explicitamente referenciados como potencialmente acolhedores para a comunidade LGBTQIAPN+, gerando uma lista inicial de estabelecimentos. Cada um dos locais encontrados, foram posteriormente verificados quanto a sua relação com questões de diversidade sexual e de gênero, sendo retirados aqueles que não eram pertinentes. Houve um total geral de 52 estabelecimentos, sendo retirados seis que não eram pertinentes, terminando com um total final de 45 estabelecimentos.

Em seguida, os locais encontrados foram geolocalizados por meio de dois mapas, um temático referente ao número de estabelecimentos por bairro, e outro referente a um mapa de calor relativo à concentração dos pontos no território de Curitiba. Os dados também foram classificados e mensurados a partir das suas categorias funcionais, considerando o tipo de serviço ou atividade predominante. As principais categorias incluíram bares, clubes, restaurantes, saunas e organizações comunitárias. Essa classificação buscou sistematizar a diversidade de locais identificados, facilitando a análise subsequente. O Quadro 1 sintetiza e define as categorias encontradas:

Quadro 1: Categorias de estabelecimentos amigáveis a comunidade LGBTQIAPN+

CATEGORIA	DEFINIÇÃO	ATIVIDADES
Bares e Casas Noturnas	Locais voltados ao entretenimento noturno, oferecendo espaços de socialização, música ao vivo, DJs. consumo de bebidas alcoólicas e eventos temáticos voltados para o público LGBTQIAPN+.	Festas, shows de <i>drag</i> , karaokê, pistas de dança, saunas, <i>happy hours</i> .
Eventos e Cultura	Atividades culturais de celebração e visibilidade da diversidade LGBTQIAPN+, frequentemente abertas ao público em geral.	Paradas do orgulho LGBTQIAPN+, festivais culturais, mostras de cinema e artes, semanas de diversidade.
Organizações Não Governamentais (ONGs) e Grupos de Apoio	Instituições que oferecem suporte jurídico, psicológico, social e comunitário para indivíduos LGBTQIAPN+.	Aconselhamento, oficinas de empoderamento, campanhas contra discriminação, abrigos para pessoas em situação de risco, atendimento de saúde física e psicológica.
Restaurantes e Lanchonetes	Espaços gastronômicos reconhecidos por sua hospitalidade e ambiente inclusivo para a comunidade LGBTQIAPN+.	Cafê, <i>brunch</i> , jantares temáticos, encontros culturais ou artísticos em espaços acolhedores.

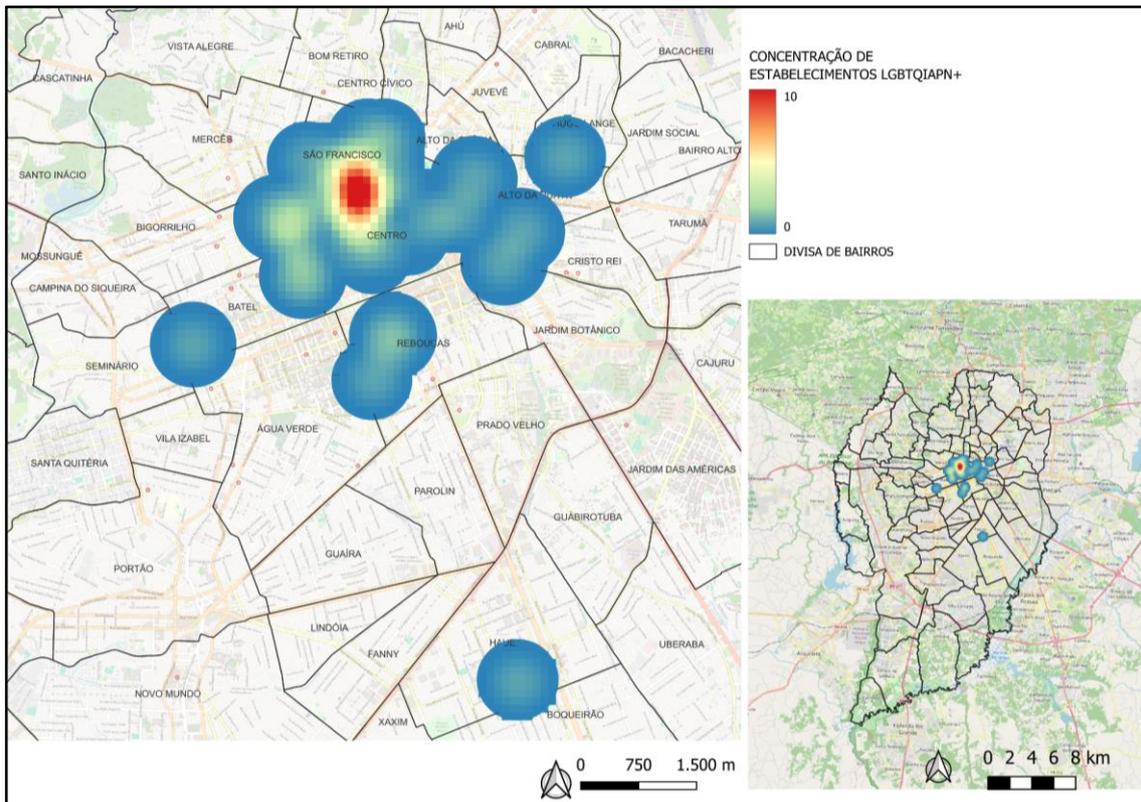
Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise teórica foi conduzida com base nos conceitos de espaços inclusivos e seguros, bem como nas práticas de sociabilidade e visibilidade LGBTQIAPN+. Foram debatidas as contribuições desses locais para a construção de redes de apoio, o fortalecimento da identidade comunitária e a promoção da diversidade cultural na cidade, além da presente distribuição. Por fim, os resultados foram interpretados à luz do urbanismo *queer* e de

Para a concentração de bairros, o São Francisco é com o maior número de estabelecimentos, tendo em seguida o bairro do Centro e posteriormente o Rebouças. Os demais bairros circundam o núcleo central da cidade de Curitiba. Destaca-se também um estabelecimento mais afastado no bairro do Hauer.

Essa região central é pertinente ao centro histórico da capital paranaense, condizente com a região do chamado Largo da Ordem, local de uma longínqua disputa histórico-identitária da cidade que mescla a população negra com diversos grupos de imigrantes, principalmente europeus. É marcada pela presença de uma arquitetura antiga, efervescência turística e cultural, agitada vida noturna e a ocupação por parte de populações marginalizadas (Savoia; Lima, 2021).

Figura 2: Mapa de calor da concentração de estabelecimentos por categoria em relação a cidade de Curitiba, Paraná



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de Google Maps (2024).

Além disso, os resultados totais mostram uma predominância de estabelecimentos relativos a bares e casas noturnas como amigáveis à população LGBTQIAPN+ (35 - 77,78%) em Curitiba. Em seguida, restaurantes e lanchonetes foram os mais presentes com 6 aparições (13,33%). ONGs e Grupos de Apoio constaram duas vezes (4,44%), enquanto Educação e Pesquisa e Eventos e Paradas do Orgulho ocorrem somente uma vez (2,22% cada). Essas métricas explicitam como estabelecimentos associados e amigáveis à comunidade LGBTQIAPN+ são majoritariamente compostos por ambientes de bares, baladas e festas, explicitando a relação com a noite que essas localidades possuem.

Tabela 1: Categorias de estabelecimentos amigáveis a comunidade LGBTQIA+.

CATEGORIA	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Bares e Casas Noturnas	35	77,78%
Eventos e Cultura	1	2,22%
Organizações Não Governamentais (ONGs) e Grupos de Apoio	3	6,67%
Restaurantes e Lanchonetes	6	13,33%
TOTAL	45	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores.

BARES E CASAS NOTURNAS

Dos 45 estabelecimentos amigáveis para população LGBTQIAPN+ apontados pelo Google maps e TripAdvisor em Curitiba, 35 entraram na categoria bares e casas noturnas, 77,78 % do total. Ao analisar a localização no município de Curitiba, verificou-se a seguinte distribuição dos estabelecimentos nos bairros: 13 no São Francisco, 12 no Centro, 3 no Batel, 2 no Alto da XV, 1 no Alto da Glória, 1 no Hauer, 1 no Jardim Botânico, 1 no Mercês e 1 no Rebouças. Há, portanto, uma concentração expressiva na região central da cidade, em especial, nos bairros Centro e São Francisco, conforme o mapa de calor apresentado na Figura 2.

Isso se deve, em partes, à divisão administrativa de Curitiba. A cidade é dividida em 10 regiões administrativas, que agrupam os 75 bairros da cidade e representam um conjunto de cidades dentro da cidade maior, guardadas as devidas proporções e perfis de desenvolvimento (PMC, 2022). A existência destas regiões administrativas gera novas centralidades, segundo PMC (2022) essas centralidades e centros de bairros reduzem a necessidade de deslocamento ao chamado centro tradicional ou principal, localizado na regional matriz, distribuindo melhor os fluxos urbanos e diluindo grandes concentrações.

Centro principal é o termo aqui utilizado para designar o recorte territorial que atende simultaneamente a todos os critérios utilizados para definição de centralidade em sua máxima representação no contexto interurbano (IPPUC, 2021, p.28).

Na Regional Matriz estão a maioria dos bares e casas noturnas analisados (conforme Figura 1). Fazem parte da Regional Matriz os seguintes bairros: Ahú, Alto da Glória, Alto da XV, Batel, Bigorrião, Bom Retiro, Cabral, Centro, Centro Cívico, Cristo Rei, Hugo Lange, Jardim Botânico, Jardim Social, Juvevê, Mercês, Prado Velho, Rebouças, São Francisco. O único estabelecimento que fica fora da Regional Matriz está no bairro Hauer, pertencente à Regional Boqueirão.

Os centros das cidades brasileiras são espaços com relevância simbólica e funcional, mas que enfrentam mudanças devido à desconcentração populacional e econômica. Os centros possuem valor simbólico ligado à memória histórica, cultural e comunitária, identificados como marcos das cidades (Nadalin *et al*, 2018), pois em muitos casos são o núcleo inicial das cidades, dando indícios de sua identidade e da história local.

O poder funcional e atrator do centro está ligado à concentração de atividades econômicas (empregos, comércio e serviços). Porém, entre os anos de 1990 e de 2000, houve uma perda populacional significativa nos centros e centros históricos no Brasil, ligada a periferização urbana e perda de vitalidade (Nadalin *et al*, 2018). Houve uma tímida recuperação de parte da população perdida nos centros das cidades, mas sem atingir os níveis de 1991. Embora o número de empregos tenha crescido nos centros entre 2002 e 2013, esse aumento foi proporcionalmente menor que o crescimento em outras áreas da cidade. Isso resultou na perda de concentração econômica nos centros tradicionais (Nadalin *et al*, 2018).

Assim novas configurações dos centros são percebidas nas cidades brasileiras, onde os centros históricos têm sua relevância diminuída, pois competem com novas centralidades que criam espaços funcionais para empregos, serviços e lazer, o fluxo de pessoas migra para essas outras áreas.

No caso de Curitiba, a principal mancha contínua de concentração de empregos e serviços, grande atrator de população, estende-se para além do bairro Centro. Quando se olha para o entretenimento (lazer), em específico na parte da noite e, nesse caso amigáveis aos LGBTQIAPN+ (bares e casas noturnas), essa expansão é tímida, e acontece em bairros vizinhos ao Centro, a exemplo disso, o bairro Batel, área de alta renda e tradicional na cidade, e o bairro histórico São Francisco, conhecido pela vida noturna. Curitiba apresenta estrutura espacial dinâmica com o surgimento de novas centralidades dispersas no território e reforçadas pela divisão administrativa da cidade, mas que não se reflete na pulverização de estabelecimentos de entretenimento noturno amigáveis aos LGBTQIAPN+ em outras partes da cidade. Nota-se, através da Figura 2, uma sobreposição entre o bairro Centro e o São Francisco na quantidade de estabelecimentos de bares e casas noturnas, o que demonstra a relevância dessa região da cidade para esta atividade e, em consequência para população LGBTQIAPN+, mesmo com novas centralidades surgindo.

Outro quesito importante a se destacar é a forma de ação das forças de segurança e órgãos de governo, como a prefeitura municipal, nesses territórios. Em janeiro de 2017 a prefeitura em parceria com as polícias militar e civil e a guarda municipal iniciou a Operação Balada Protegida com o objetivo de aumentar o controle da vida noturna de Curitiba. A prefeitura defendeu ao jornal Gazeta do Povo (2017) que a estratégia era voltada aos jovens, ao mesmo tempo em que procurava sensibilizar comerciantes em relação às condutas exigidas para um divertimento seguro. Em dezembro de 2017, chegou a 50ª edição com um saldo de 3.000 abordagens, que resultaram em 26 detenções e 12 apreensões de adolescentes, além disso, 5.000 autuações foram aplicadas pelos agentes (Gazeta do Povo, 2017).

A maior parte das operações aconteceu em bairros da Regional Matriz (onde estão 77,78% dos estabelecimentos analisados), ruas conhecidas por seus bares e boates, como a Vicente Machado, no bairro Centro e, a Trajano dos Reis no bairro São Francisco (5 dos bares e casas noturnas encontrados ficam nessa rua, à tornando a de maior concentração presente neste estudo), e o Largo Ordem no bairro Centro. O bairro Batel também foi alvo, onde bombas de

gás e balas de borrachas foram utilizadas para dispersar as pessoas que ocupavam a rua, nesta ocasião alguns bares foram fechados. Por meio de nota na época, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) disse que a operação gerou a expulsão dos frequentadores da região, gerando prejuízos e insegurança, já que menos pessoas ocupavam a rua à noite. Alguns proprietários de bares afirmaram ser “a caça às bruxas” a Operação Balada Protegida (G1 Paraná, 2017; Tribuna do Paraná, 2017). A forma de tratamento dada pela Operação Balada Protegida reflete a dicotomia entre dia e noite, onde a noite é ligada ao descanso, ao espaço privado, às transgressões e ao perigo, conforme Silva *et al* (2021).

A significativa quantidade de bares e casas noturnas dentro das categorias analisadas demonstra a relevância destas atividades para a comunidade LGBTQIAPN+ em Curitiba. Um sinal de consolidação da visão e experiência de que são locais onde podem se reunir e expressar suas identidades de forma mais aberta e segura. Pode também ser percebido como um reflexo histórico, vide a história do movimento LGBTQIAPN+, que evidencia estes espaços como pontos relativamente seguros até mesmo em contextos de repressão e criminalização, já que o espaço público tradicional não era acessível ou seguro. É a noite que isso se impõe no espaço urbano de forma mais nítida, uma espécie de marco ou fortaleza com suas bandeiras hasteadas em prol do movimento LGBTQIAPN+. A exemplo disso, a boate *Verdant* localizada no Largo da Ordem, Centro de Curitiba (Figura 3), edificação histórica coberta de luzes e bandeiras que a quase 10 anos é ponto de encontro da Comunidade.

Figura 3: Boate Verdant no Largo da Ordem, Curitiba.



Fonte: Autores (2024).

Por outro lado, existe a associação frequente da comunidade LGBTQIAPN+ com espaços de consumo e festividade, o que pode reforçar estereótipos e ignorar a multiplicidade e diversidade dessas existências. Esta é uma forma de sobrevivência contra dinâmicas de exclusão estrutural, que acabam enquadrando LGBTQIAPN+ dentro de narrativas hegemônicas.

Essa permanência pode estar relacionada à lógica capitalista que organiza cidades, conforme descrita por Harvey (2012) e Lefebvre (2006). A cidadania, em muitos contextos, é reduzida a capacidade de consumo, o que limita a existência de populações marginalizadas há espaços moldados pelo capital e na esfera privada. Nesse cenário, populações minorizadas, como a LGBTQIAPN+, são reconhecidas apenas enquanto consumidores, e não enquanto cidadãos plenos, perpetuando uma exclusão disfarçada de inclusão. Além disso, invisibiliza questões estruturais como a falta de acesso ou de formulação de políticas públicas adequadas à saúde, educação, moradia e ao trabalho para esta população, pois concentra a atenção apenas naquilo que gera lucro dentro do modelo capitalista. A representação dessas identidades se torna restrita e subordinada aos interesses econômicos, ou de acordo com Santos (1997), pessoas com cidadania mutilada.

Este panorama evidencia como as dinâmicas de poder podem não apenas moldar os espaços, mas também as identidades e formas de existir no mundo. Transpor essa lógica é um passo importante para superar o acesso mutilado à cidadania e construir uma sociedade mais justa e inclusiva de verdade.

RESTAURANTES E LANCHONETES

No levantamento realizado, foram identificados seis estabelecimentos que se enquadram na categoria de restaurantes e lanchonetes. Destacam-se dois deles, *Hamburgay* e *Pão que o Viado Amassou*, que explicitam a relação com a comunidade LGBTQIAPN+ já em seus nomes. Esses estabelecimentos se caracterizam por adotar uma comunicação visual fortemente vinculada à representatividade da comunidade LGBTQIAPN+, não apenas em suas marcas, mas também no conceito das refeições oferecidas. Conforme o proprietário do *Pão que o Viado Amassou*, Gabriel Castro, o objetivo do espaço é acolher todas as pessoas: “Queremos conseguir abraçar todos os públicos. Veganos, vegetarianos, onívoros, bichas, héteros, celibatários... Tódes convivendo, dialogando e se entendendo para quem sabe, em breve possamos fazer da cidade inteira também um lugar menos intolerante, mais inclusivo e sempre divertido” (Torrente, 2021). Essa postura reflete um esforço consciente em promover inclusão e diversidade.

Além disso, ambos os estabelecimentos mencionados apresentam cardápios adaptados para diferentes preferências e restrições alimentares, evidenciando uma preocupação em atender a dietas diversas, como veganas e vegetarianas. Outro exemplo relevante é o *VegVeg*, que, embora menos explicitamente associado à iconografia LGBTQIAPN+, apresenta um forte apelo à inclusão por meio de sua proposta vegana, assim como o *Semente de Girassol*. Essa

correlação pode sugerir que práticas inclusivas no âmbito alimentar podem estar alinhadas a valores de diversidade e acolhimento mais amplos.

EVENTOS E CULTURA

Somente um estabelecimento foi encontrado quando se tratando de locais relacionados a eventos e cultura. O Espaço Fantástico das Artes (2024) é um espaço multiuso que oferece uma gama de atividades artísticas, incluindo teatro, música, dança, circo e audiovisual. O espaço é utilizado para ensaios, oficinas, aulas regulares, eventos fechados como aniversários, confraternizações, casamentos, palestras e eventos corporativos. Um exemplo de sua aproximação com a comunidade *queer* foi a ocorrência de eventos com *drag queens*, como o caso da Drag Zona (Curitiba Cult, 2024).

Eventos e apresentações culturais voltadas ao público LGBTQIAPN+ servem como demonstrações públicas de solidariedade e orgulho, que promovem um senso de pertencimento entre os indivíduos *queer* e criam uma conexão entre a própria comunidade e a sociedade no seu sentido amplo (Hill *et al*, 2022). Um exemplo dessa dinâmica é a comunidade *Ballroom* que emergiu durante os anos de 1920 e 1930 no Harlem, onde homens negros *gays* e transgêneros frequentemente se apresentavam em eventos de drag de grande escala. O *Ballroom* é caracterizado por eventos competitivos chamados "*balls*", onde as casas competem em várias categorias por prêmios em dinheiro e status. Esses eventos oferecem um espaço seguro para a expressão de identidade e são uma parte integral do desenvolvimento identitário dos jovens GBT negros e latinos, proporcionando aceitação e apoio que muitas vezes faltam em outros contextos (Telander *et al*, 2017).

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) E GRUPOS DE APOIO

Quanto à categoria que trata de ONGs e Grupos de Apoio, foram encontradas três instituições. O primeiro é o Grupo Dignidade (2024) é uma organização pioneira no Paraná, fundada em 1992, que atua na defesa e promoção dos direitos humanos e da cidadania de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+). Eles trabalham em diversas áreas, incluindo a promoção da saúde, com ênfase na prevenção do HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), e a defesa dos direitos humanos. O grupo também organiza eventos e programas, como atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos, além de coorganizar a Marcha pela Diversidade de Curitiba. Eles têm parcerias com várias outras organizações da sociedade civil e são reconhecidos por sua atuação tanto a nível local quanto nacional.

Outro caso tratou-se da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Paraná (UNALGBT-Paraná), que é uma organização que atua em defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ no estado do Paraná. Seu foco está na promoção da cidadania, na luta contra a discriminação e no enfrentamento de machismos, racismos e LGBTfobias. Também trabalham pela garantia de direitos e justiça social, colaborando em eventos como

conferências de políticas públicas e manifestações, e promovendo campanhas de sensibilização. Além disso, buscam influenciar tanto no âmbito local quanto nacional, fortalecendo o movimento LGBTQIAPN+ e promovendo a visibilidade e inclusão dessa comunidade em diversos espaços sociais (Lemos; Cavalleire, 2016).

E por último, o grupo Dom da Terra Afro LGBTI (2024) é uma instituição que promove a garantia de direitos para a comunidade LGBTI e de cultura afro-brasileira desde 2006 que realiza atividades e eventos voltados para a inclusão e valorização dessas comunidades, como *city tours*, ações de empregabilidade e celebrações do orgulho LGBTQIA+, além de discussões referentes a pautas interseccionais de sexualidade, gênero, raça e classe.

A existência e formalização dessas instituições no espaço das cidades é representativa de outras formas de resistência para além das próprias dimensões capitalistas de entretenimento, mas na forma de cuidados gerais e específicos com a saúde física e mental, promoção de conscientização e na luta pela formação de políticas públicas. Essas organizações são chave, por exemplo no tratamento de saúde mental por exemplo, que atinge de forma mais intensa a comunidade LGBTQIA+ (Martos *et al*, 2017; Sousa Júnior; Mendes, 2021), aqui refletida por uma atuação mais incisiva do Grupo Dignidade.

No entanto, nota-se a materialização nas cidades de dois grupos de resistência política no seu sentido mais proativo, caso da UNALGBT-Paraná e do grupo Dom da Terra Afro LGBTI. Sua capacidade de mobilizar a comunidade na promoção e efetivação de políticas públicas favoráveis e inclusivas à comunidade *queer*. Por meio de ações articuladas e campanhas de conscientização, esses grupos contribuem para a construção de uma sociedade mais equitativa, enfrentando desigualdades estruturais e ampliando o alcance dos direitos humanos. Suas atuações são um exemplo de como a organização comunitária pode transformar o espaço urbano em um território de luta e reconhecimento das diversidades de gênero, sexualidade e etnia, em moldes similares de tantos outros movimentos de conquista da cidadania LGBTQIAPN+ (Sousa Júnior; Mendes, 2021).

Por fim, uma dimensão importante de se relacionar a dinâmica espacial em que esses variados tipos de estabelecimentos amigáveis à comunidade LGBTQIAPN+, a região central de Curitiba. Apesar de não se encontrar nada que se caracterize como uma região da cidade que seja propriamente conectada com a comunidade LGBT, nota-se nessa região central um local propenso à concentração de estabelecimentos *pró-queer*. Ao mesmo tempo, essas regiões da cidade, como os bairros Centro, Batel e Centro Cívico, por exemplo, são algumas das localidades com o metro quadrado mais caro da capital paranaense.

De forma geral, essa concentração é explicada por alguns fatores. Historicamente, as áreas centrais das cidades estão associadas a diversos movimentos sociais urbanos, condizente com o encontro de grupos sociais marginalizados em prol do desenvolvimento social e de desafio do status quo. São locais de consolidação do poder político e econômico que oportunizam a busca por direitos. Além disso, são entendidos como enclaves seguros pela estrutura de oportunidade de trabalho, recursos, aceitação, emancipação e visibilidade a

esses grupos, em uma dinâmica que contraste e não é facilmente traduzida para contextos periféricos ou diferentes dos centros urbanos (Bain; Podmore, 2021; Martos *et al*, 2017; Doderer, 2011). A partir dessas aferições, se direciona a reflexões conclusivas da investigação.

CONCLUSÃO

Dois fatores essenciais devem ser levados em consideração na formulação de políticas de planejamento urbano de Curitiba voltadas à comunidade *queer*, a concentração de ações nas regiões centrais da cidade e se levar em consideração a relação e aproximação e representatividade de bares e casas noturnas.

O presente estudo reforça Curitiba como um exemplo de cidade em que a região central se configura como um ambiente mais acolhedor para a comunidade LGBTQIAPN+, evidenciado pela concentração de estabelecimentos voltados a esse público. Esse cenário destaca a importância de estratégias de planejamento urbano inclusivo e orienta o poder público a incorporar os princípios do desenho urbano e urbanismo *queer*. Tais abordagens podem potencializar a construção de cidades mais acessíveis e representativas, promovendo a equidade e a visibilidade da diversidade nas dinâmicas urbanas.

O afeto da população LGBTQIAPN+ possui um aspecto profundamente político quando exercido em espaços públicos, gerando reflexões e impactando comportamentos em diferentes pessoas com realidades diversas. É preciso visibilizar para ocupar e, ocupar para visibilizar. Se um dos primeiros marcos de nascimento do movimento LGBTQIAPN+ foi a partir do levante do bar *Stonewall in* em 1969, a última fronteira imposta pelo planejamento urbano heterocisnormativo terá sido rompida somente quando todas as pessoas LGBTQIAPN+ tiverem acesso pleno à cidade. E isso extrapola as regiões centrais, ocupa a cidade toda, em diferentes turnos (dia e noite), e tipos de locais, para além da ideia de entretenimento e festividade.

Em suma, a atuação coordenada do movimento LGBTQIAPN+ em múltiplos espaços fortalece sua luta por direitos, igualdade e justiça social, ao mesmo tempo em que promove uma sociedade mais inclusiva e consciente. As proposições reflexivas já existentes e ideias futuras, em que se pensa em comunidade as questões da população LGBTQIAPN+ e sua condição em Curitiba e no Brasil, são desafios e oportunidades para o planejamento urbano progressista.

Tendo em mente seu intuito exploratório, a metodologia possui limitações referente aos dados utilizados. O uso do Google Maps como fonte de dados restringe a possibilidade de efetivamente averiguar a totalidade de estabelecimentos que são amigáveis à comunidade LGBTQIAPN+, sendo que somente são verificados dados que constam na plataforma. Sugere-se o incremento e uso de *surveys* com a comunidade para averiguar e confirmar a partir desses próprios indivíduos quais são os locais que mais os representam sob diversos aspectos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Teresa. **Geografias da noite: conhecer, compreender e repensar os territórios.**

Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. Disponível em:

<<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/598>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**, Brasil. 2024. Disponível em:

<<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>>.

Acesso em: 26 jun. 2024

BAIN, Alison; PODMORE, Julie E. **Relocating queer: Comparing suburban LGBTQ2S activisms on Vancouver's periphery.** *Urban Studies*, v.58, n.7, p.1500-1519. 2021.

<<https://doi.org/10.1177/0042098020931282>>.

BENEVIDES, Bruna G. **2023: Brasil invicto no consumo de pornografia trans no mundo (e assassinatos).** Portal Catarinas. 2023. Disponível em: <

<https://catarinas.info/colunas/brasil-invicto-como-campeao-no-consumo-de-pornografia-trans-no-mundo-e-de-assassinatos/>>. Acesso em: 1 dez. 2024.

BOSA, Rafael. **LGBTQIAPN+ pertence à cidade? Pensando um espaço urbano do orgulho de ser.** FNA. 2024 Disponível em: <<https://fna.org.br/lgbtqiapn-pertence-a-cidade-pensando-um-espaco-urbano-do-orgulho-de-ser/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BULGARELLI, Lucas. Um impeachment, algumas tretas e muitos textões: notas sobre o movimento LGBT brasileiro pós-2010. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 487-501.

BRASIL DE FATO. **23ª Parada da Diversidade LGBTI+ em Curitiba acontece no domingo (25).** 2024. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/08/23/23-parada-da-diversidade-lgbti-em-curitiba-acontece-no-domingo-25>>. Acesso em: 01 dez. 2024

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 279-297.

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 421-435.

Cidades de Fato: **Diversidade afetiva & sexual e o direito a cidade #9.** Entrevistado: Rodrigo Iacovini. Entrevistador: Professor Bazzoli. UFTFM 96.9, mai. 2021. Podcast. Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/643nQKCvmpyJ1NvuFf8sgP?si=b6e2af1e90fd403b>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CURITIBA CULT. **Drag Zona: Quintas de Agosto têm concurso de *drag queens*. 2024.** Disponível em: <<https://curitibacult.com.br/drag-zona-quintas-de-agosto-tem-concurso-de-drag-queens/>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

DODERER, Yvonne P. LGBTQs in the City, *Queering Urban Space*. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.35, n.2, p.431-436, 2011. <<https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2010.01030.x>>.

DOM DA TERRA AFRO LGBTI. **DOM DA TERRA Afro LGBTI** [Facebook]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DomDaTerra/>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ESPAÇO FANTÁSTICO DAS ARTES. **Sobre o Espaço**. Disponível em: <<https://espacofantasticodasartes.com.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ESTADO DE MINAS - EM. **Alucinante, colorida e politizada, São Paulo tem orgulho de ser LGBTQIA+**. 2023. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2023/06/06/interna_turismo,1503601/alucinante-colorida-e-politizada-sao-paulo-tem-orgulho-de-ser-lgbtqia.shtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

FRANÇA, Isadora Lins. **Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS o movimento GLBT em São Paulo**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 289-311, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832007000200012>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

FRISCH, Michael. **Planning as a Heterosexist Project**. Journal of Planning Education and Research, Association of Collegiate Schools of Planning v. 3, pág. 254–266, 2002. DOI: 10.1177/0739456X0202100305. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez433.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1177/0739456X0202100303>. Acesso em: 30 nov. 2024.

G1 Paraná. **Ação da prefeitura de Curitiba aborda 615 pessoas e fecha bares do centro**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/par/noticias/2017/01/acao-sim-prefeitura-de-cur-ab-615-pessoas-e-fe-b-fazer-cent.html>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Gazeta do Povo. **Balada Protegida chega à 50ª edição com críticas e polêmicas em Curitiba**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://www.g.gazetadopovo.com.br/curitiba/b-pró-che-a-50-edicao-com-críticas-e-polêmicas-em-cur-03jxf3qnwel5idwztqeh8ftxo/>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GÓIS, M. P. F. A noite como fenômeno geográfico: possibilidades teórico-metodológicas para a pesquisa urbana. In: TURRA NETO, N., ed. **Geografias da noite: exemplos de pesquisa no Brasil** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2021, pp. 17-55. ISBN: 978-65-5714-0550.

Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9786557140550.0002>>. Acesso em: 12 set. 2023

GOOGLE MAPS. **Sobre o Google Maps**. Disponível em: <[https://maps.google.com.br/intl/pt-BR/maps/about/#!/>](https://maps.google.com.br/intl/pt-BR/maps/about/#!/). Acesso em: 18 nov. 2024.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. 536 p. ISBN 978-85-7939-582-6.

GREEN, James N. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 63-79.

GRUPO DIGNIDADE. **Grupo Dignidade - História**. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

Grupo *Gay* da Bahia (CGB). **Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil**. Bahia. 2023. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>>. Acesso em: 26 ju. 2024.

HARVEY, D. **O direito à cidade. Lutas Sociais**, [S. l.], n. 29, p. 73-89, 2012. DOI: 10.23925/ls.v0i29.18497. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

HILL, B.; DODD, J.; UINK, B., BONSON, D.; BENETT, S. **Pride, belonging and community: What does this mean if you are Aboriginal and LGBT+ and living in Western Australia?** *Journal of Sociology*, v.60, n.1, p.39-58, 2024. <<https://doi.org/10.1177/14407833221093402>>.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). **Centralidades Funcionais de Curitiba perfil de distribuição territorial segundo as regionais administrativas**. Curitiba, 2021. Disponível em: <<https://indd.adobe.com/view/551df791-5823-4268-9aec-e087afb9f43c>>. Acesso em: 28 nov. 2024

JESUS, D. S. V. de. **Só para o moço do corpo dourado do sol de Ipanema: distribuição espacial da economia noturna LGBT na cidade do Rio de Janeiro** | Only for the boy with the golden body from the Ipanema sun: spatial distribution of LGBT night economy in the city of Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 288,

2017. DOI: 10.22296/2317-1529.2017v19n2p288. Disponível em:
<<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5421>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEMOS, Andrey; CAVALLEIRE, Silvia. **UNALGBT: um ano de luta contra os machismos, racismos e lgbtfobias**. Vermelho. 2016. Disponível em:
<<https://vermelho.org.br/2016/10/24/unalgbt-um-ano-de-luta-contra-os-machismos-racismos-e-lgbtfobias/>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

MARTOS, A. J.; WILSON, P. A.; MEYER, I. H. **Lesbian, gay, bisexual, and transgender (LGBT) health services in the United States: Origins, evolution, and contemporary landscape**. PLoS ONE, v.12, n.7, e0180544, p.1-18, 2017.
<<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0180544>>.

MCRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "Abertura". In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-63.

NADALIN, V. G.; FURTADO, B. A.; RABETTI, M. Concentração intraurbana de população e empregos: os centros antigos das cidades brasileiras perderam primazia?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 1-24, 2018. DOI: 10.20947/S0102-3098a0043. Disponível em:
<<https://rebp.emnuvens.com.br/revista/article/view/1106>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

OCANHA, Rafael Freitas. A repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 79-91.

Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC). **Centros de bairros equilibram os fluxos urbanos em Curitiba**. Curitiba, 2022. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.ir.br/noticias/cent-de-bairros-equ-os-fluxos--urbano-em-curitiba/622>>. Acesso em: 28 nov. 2024

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-39.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa *gay* do Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 237-255.

SANTOS, Milton. As Cidadanias Mutiladas. In LERNER Júlio. **O Preconceito**. São Paulo: Imesp, 1996/1997.

SAVOIA, Sandro Cavalieri; LIMA, Felipe Borborema Cunha. **O bebedouro do Largo da Ordem e a disputa identitária na capital paranaense**. Revista Memória em Rede, v.13, n.25, p.240-260, 2021. <<https://doi.org/10.15210/rmr.v13i25.19505>>.

SILVA, J. M., ORNAT, M. J, and LEE, D. Entre medo e desejo: o espaço paradoxal da existência noturna de travestis e mulheres transexuais. In: TURRA NETO, N., ed. **Geografias da noite: exemplos de pesquisa no Brasil** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2021, pp. 57-78. ISBN: 978-65-5714-055-0. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9786557140550.0003>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SOUSA JÚNIOR, C. A. A. de; MENDES, D. C. **Políticas públicas para a população LGBT: Uma revisão de estudos sobre o tema**. Cadernos EBAPE.BR, v.19, p.642-655, 2021. <<https://doi.org/10.1590/1679-395120200116>>.

TELANDER, K.; HOSEK, S. G.; LEMOS, D.; JEREMIE-BRINK, G. **'Ballroom itself can either make you or break you' – Black GBT Youths' psychosocial development in the House Ball Community**. *Global Public Health*, v.12, n.11, p.1391–1403, 2017. <<https://doi.org/10.1080/17441692.2017.1293123>>.

TORRENTE, Andrea. **O Pão Que o Viado Amassou abre padaria física com equipe inteiramente LGBTQIA+**. Plural Curitiba. 2021. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/gastronomia/o-pao-que-o-viado-amassou-abre-padaria-fisica-em-curitiba/>> Acesso em: 28 nov. 2024.

Tribuna do Paraná. **AÇÃO da "Balada Protegida" no Batel tem bomba de gás e bala de borracha**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://www.trib.com.br/noticias/seguranca/acao-da-ba-prottegido-nao-bate-tem-bomba-de-gas-e-bala-de-borracha/>>. Acesso em: 28 nov. 2024

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Mobilização judicial pelos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 449-471.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, exclusão, in/exclusão**. Verve, Porto Alegre, v. 121-135, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>>. Acesso em: 26 jun. 2024